

NOÉ MENDES DE OLIVEIRA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ EM DEFESA DOS BENS DE NATUREZA ARQUEOLÓGICA COMO PATRIMÔNIO¹

Valério Rosa de Negreiros²

valerionegreiros@id.uff.br

RESUMO: O texto busca apresentar a trajetória de Noé Mendes de Oliveira, professor da Universidade Federal do Piauí, e sua inserção nos estudos da arqueologia piauiense a partir dos anos de 1970 e uma reflexão a respeito da defesa dos bens arqueológicos enquanto patrimônio.

Palavras-chave: Noé Mendes de Oliveira; Arqueologia Piauiense; Patrimônio Cultural

ABSTRACT: This paper presents the discussion about trajectory of Noé Mendes de Oliveira, a professor at the Federal University of Piauí (UFPI), and their inclusion in the study of Piauí archeology from the 1970s and a reflection on the protection of archaeological sites as heritage.

Keywords: Noé Mendes de Oliveira; Piauí Archeology; Cultural Heritage

Artigo recebido em 20/04/2016 e aprovado em 17/05/2016

¹ Este artigo é parte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado “POR UMA CULTURA INTEGRADA: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em março de 2016.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História / UFF.

[Noé Mendes de] Oliveira vagava pela região, há cerca de um ano, em busca de inscrições rupestres, quando entrou em contato com os moradores das cavernas. Oliveira presume que haja alguma relação entre as locas habitadas e as inúmeras ossadas milenares e os desenhos rupestres já descobertos naquela área. E trabalha no momento em um projeto para a transformação da região em campus avançado da Universidade Federal do Piauí [...] ‘Naquele sítio’, afirma entusiasmado o pesquisador, ‘existe material para estudos de Sociologia, Antropologia e Arqueologia a justificarem anos de investigação’.³

A sessão “Comportamento” da Revista *Veja* de 06 de setembro de 1978, noticiava uma comunidade de 1500 pessoas vivendo em cavernas no interior do Piauí, dando destaque ao professor Noé Mendes em suas incursões pelo Estado à procura de pinturas rupestres, quando se deparou com esse tipo de “comportamento”. O curioso e interessante para o nosso caso é a imersão do professor Noé Mendes, da Universidade Federal do Piauí, e seu interesse na arqueologia, ao caracterizar os bens arqueológicos como patrimônio.

Todo esse interesse teve início em 1970 quando a pesquisadora e arqueóloga do Museu Paulista, Niède Guidon, verificou no sul do Piauí uma grande quantidade de pinturas rupestres ainda não estudadas, singular a outros sítios arqueológicos até então conhecidos no Brasil. Ao constatar a importância daquele acervo, foram necessários estudos e investigações que apontassem os primeiros reconhecimentos de sítios arqueológicos no local.

Com a repercussão desse fato, Noé Mendes estando ciente da importância daquela região para o Piauí, logo se interessou pela temática, e em 1972 com o apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, realizou uma missão de estudos naquela região. A expectativa, no entanto, não se cumpriu. Embora com o esforço realizado nesse empreendimento, Mendes nos revela que o resultado do trabalho foi malsucedido:

Em 1972 realizamos uma documentação das pinturas rupestres do sudeste piauiense para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí. Infelizmente todo o material – 920 slides e 500 fotos em preto e branco – foi perdido na própria Secretaria, que nem chegou a utilizá-lo.⁴

O incidente ocorrido com o material perdido na Secretaria de Educação e Cultura do Piauí demonstrou o despreparo e a falta de técnicos que tomassem os devidos cuidados com a

³ CASAS na pedra. *Veja*. São Paulo, ano 11, n. 522, 06 set. de 1978, p. 89-90.

⁴ OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Relatório A Arte Rupestre do Piauí*. Rio de Janeiro, Funarte, 1978.

documentação, pelo valor cultural que elas representavam, mostrando assim a deficiência de pessoal qualificado no Estado, o que viria a ser remediado com a implantação da UFPI.

No ano seguinte, em 1973, nova missão de estudo foi realizada, agora em parcerias integrada por equipes da UFPI, sob o comando do professor Noé Mendes e do Museu Paulista da USP sob direção de Niède Guidon, juntamente com as arqueólogas Sílvia Maranca e Águeda Vilhena. Já em 1974, outra missão, comandada pelo Museu Paulista com as arqueólogas Sílvia Maranca e Águeda Vilhena e Lina Kneip do Museu Nacional do Rio de Janeiro.⁵

No ano de 1975 a Secretaria de Cultura e a Universidade Federal do Piauí firmaram um convênio com a Universidade de São Paulo, através do Museu Paulista, para se fazer um estudo e pesquisas na região sul do Estado. Os estudos e resultados dessas missões precisavam ser divulgados, com fundamentação e conhecimento científico, de maneira que o Piauí possuidor de uma imensa riqueza arqueológica carecia de recursos humanos e materiais para o manuseio de informações, materiais e dados que fossem estudados e divulgados.

Noé Mendes classificou como patrimônio pré-histórico do Piauí as “pinturas parietais e inscrições rupestres, sítios arqueológicos, terrenos fossilíferos e monumentos geológicos espalhados de Norte a Sul do Estado”.⁶ Embora a lei 3.924 de 1961, que regulamentava os bens arqueológicos desse tipo, denominasse como “monumentos arqueológicos e pré-históricos brasileiro”.⁷ Ao tentar incentivar que os piauienses se interessassem por suas riquezas, destacou que este “patrimônio” deveria ser conhecido e recolhido pelos piauienses, e não por cientistas de outras regiões e até do exterior.

Não obstante, o desejo fosse de que o piauiense pudesse conhecer e pesquisar o seu patrimônio, Mendes tinha consciência da realidade do Estado naquele momento, ainda mais por não possuírem sozinhos, o aparato técnico-científico necessários para realizar tamanho empreendimento. Sendo assim, anunciava:

Felizmente é isto o que vai acontecer. A Secretaria da Cultura e a Universidade Federal do Piauí acabam de firmar convênio com a Universidade de São Paulo, através do Museu Paulista, para se fazer um estudo e pesquisas na região sul do Estado [...] não é somente na região sul do Estado onde se podem encontrar manifestações de cultura pré-históricas.

⁵ Nos anos de 1974 e 1975 Niède Guidon não veio ao Brasil por estar preparando sua tese de 3º Cycle na França. Informações concedidas pela professora Águeda Vilhena.

⁶ OLIVEIRA, Noé Mendes de. O Patrimônio pré-histórico do Piauí: perspectivas de preservação e estudos. *Presença*, Teresina. Ano 2, n. 04, dez. 1975.

⁷ LEI nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm.

O Piauí todo é rico em inscrições e pinturas parietais, necrópoles, estranhos monumentos envoltos em lendas e superstições [...]⁸

A preocupação em garantir a preservação desse rico patrimônio, como caracterizou Mendes, alertava para o principal agente ameaçador dessa riqueza, o próprio homem, aquele que desconhecia a importância dos bens arqueológicos, apontados pelo professor da UFPI, enfatizado em seu artigo na Revista Presença:

Como ficou evidenciado, o patrimônio pré-histórico do Piauí precisava mesmo se tornar objeto de estudo, de documentação e interpretação científica. Esse trabalho inclui, naturalmente, a preocupação de preservar os vestígios e as diversas manifestações de culturas antigas da sistemática devastação de pessoas que destroem por não conhecerem seu valor científico e cultural. Em alguns casos, há quem mutila os painéis pictóricos para levá-los como 'souvenirs' ou simples peças de decoração. Em alguns municípios já se verificou a dinamitação (sic.) de conjuntos inteiros de pinturas e inscrições para utilizar as pedras como aterros de estradas. De vez em quando se tem notícias de descobertas fortuitas de depósitos de instrumentos líticos, de urnas funerárias e outras peças pré-históricas. As urnas são quebradas ante o desencanto de não conterem tesouros valiosos.⁹

A fala de Noé Mendes alertava para alguns aspectos relevantes para a conservação dos bens recém descobertos, ameaçados pelo próprio homem, desconhecedor do significado que as riquezas pré-históricas poderiam beneficiar na imagem do estado. Não menos importante, o local de divulgação dessas ações, na Revista Presença¹⁰, sendo assim, Mendes propôs um convênio entre a UFPI e o Museu Paulista da Universidade de São Paulo, por meio do qual, em 1976, formaram um Curso de Aperfeiçoamento em Arqueologia: Iniciação a Pré-História e Técnicas Arqueológicas, participando alunos dos cursos de História, Geografia e Biologia da Universidade Federal do Piauí, inclusive o próprio professor Noé Mendes.¹¹

O curso constituiu os primeiros e principais esforços de formar e orientar para a pesquisa arqueológica no estado, além é claro de despertar um público piauiense para esta área. Sobre o início dos estudos de arqueologia no Piauí, diretamente ligados ao professor Noé Mendes, a arqueóloga Águeda Vilhena¹² que participou das missões na primeira metade da década de 1970, assim nos informa:

⁸ OLIVEIRA, Noé Mendes de, Op. Cit. 1975, p. 46.

⁹ Idem.

¹⁰ Editada pela Secretaria de Cultura do Estado, Noé Mendes foi colaborador, publicando seus principais artigos na década de 1970.

¹¹ Informações concedidas por Verônica Ribeiro, participante do curso em 1976.

¹² Doutora em Arqueologia brasileira, atualmente é professora associada do *Museum National D'Histoire Naturelle* (França) e professora convidada do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Meu contato com o professor Noé Mendes ocorreu quando fui convidada, como arqueóloga do Museu Paulista da USP, a dar curso de Arqueologia na Universidade [Federal] do Piauí em Teresina e que na minha lembrança teria sido em março ou abril de 1976.

Professor Noé Mendes, personagem distinta, cordial, afável e acolhedora, era o Chefe do Departamento de História da UF do Piauí. Motivado pelas descobertas dos abrigos rupestres do Estado do Piauí em Várzea Grande, São Raimundo Nonato, além das já bem conhecidas de Sete Cidades, mostrou-se aberto a introduzir essa nova área, a Arqueologia, nas disciplinas de Antropologia-História.

Após a semana de aulas do curso que ministrei sobre Arte Rupestre, organizamos juntos (Professor Noé Mendes e eu) para os alunos do curso, uma expedição aos abrigos rupestres que eu conhecia pelas missões de pesquisas de 1973 e 1974. A professora Margarida Andreatta, também do Museu Paulista da USP, que me havia precedido no curso da Universidade Federal, permaneceu em Teresina durante minha temporada de professora convidada pela Universidade para em seguida poder nos acompanhar e conhecer assim a região dos abrigos recentemente por nós prospectados. Vieram também a essa excursão repórteres da *National Geographic Magazine* do Brasil. *Uma bela notícia saiu nessa ocasião*, após esses dias de visitas aos abrigos da Serra da Capivara: Toca do Paraguaio, Toca da Entrada do Baixão da Vaca, Toca do Pajaú, Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Toca do Caldeirão do Rodrigues. Ao retornar a Teresina, eu deixei meu filme de slides a ser revelado ao próprio professor Noé Mendes para que ele pudesse documentar a viagem com os estudantes.¹³ (Grifos nossos)

A equipe da *Revista Geográfica Universal* contou com a presença de Luiz Ricardo Leitão e do fotógrafo David Louis Oslon, amigos do professor Noé Mendes. O destaque da matéria revelava a importância do Piauí, onde estaria “talvez, uma das chaves para o problema das origens do homem americano”.¹⁴ Ainda levantava questões, dando ênfase para as missões e os idealizadores das pesquisas de arqueologia no Estado. Vejamos:

Que povo terá sido esse? As respostas deverão começar a surgir com a publicação da monografia com a análise do levantamento efetuado pelas três missões empreendidas entre os anos de 1973 e 1975. As três autoras dessa monografia – as arqueólogas Niède Guidon, do Centre National de la Recherche Scientifique, da França, Sílvia Maranca e Águeda Vilhena de Moraes, do Museu Paulista -, juntamente com a etnóloga Vilma Chiara e a arqueóloga Lina Maria Kneip, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, participaram ativamente das missões, num trabalho considerado como o de maior rigor científico entre as inúmeras realizações da arqueologia brasileira. A divulgação dos resultados desse trabalho tem levado autoridades como o professor francês Leroi-Gouhrien a defender a ideia da criação de uma

¹³ VIALOU, Agueda Vilhena. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros* [E-mail]. Niterói (RJ) 16 de agosto de 2014, Paris (França), 18 ago. 2014.

¹⁴ LEITÃO, Luiz Ricardo. *Arte Rupestre nas Serras do Piauí. Revista Geográfica Nacional*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, nº 25, outubro de 1976, p. 53.

entidade oficial para preservar, com recursos da UNESCO, todo o enorme acervo descoberto.¹⁵

O destaque da Revista Geográfica Universal para o Museu Paulista e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, dado pela matéria, como as instituições que conduziram as missões arqueológicas, nos remete para importância que tais museus detinham quanto à questão arqueológica no Brasil, sobretudo institucional, ainda que a conservação e preservação de monumentos arqueológicos coubessem ao IPHAN.¹⁶

Ao observarmos a trajetória da legislação que trata dos "monumentos arqueológicos e pré-históricos" amparados pela Lei 3924/61, podemos estabelecer a relação assumida pelos Museus citados na matéria da Revista Geográfica Universal, referente à arqueologia no Piauí.

Desde a década de 1950, a USP juntamente com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, assumiram um esforço de estudo e preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. No caso paulista, se sobressai a iniciativa tomada por Paulo Duarte, como um dos responsáveis pela criação da Comissão de Pré-história na Universidade de São Paulo, em 1952. Já no Rio de Janeiro, o arqueólogo e antropólogo Luiz de Castro de Faria, do Museu Nacional, dedicou empenho nos estudos e preservação dos sambaquis como jazidas arqueológicas. Os esforços destes dois intelectuais, somados às outras instituições brasileiras, originaram o texto do anteprojeto da Lei nº 3537/57 aprovado como Lei 3924 em 1961.¹⁷

A lei 3924/61 estabelece sua proteção pelo Estado, considerando os sítios arqueológicos, como monumentos. Assim, é proibida sua destruição, bem como seu uso econômico. Os sítios passam a ser considerados bens da União. A lei também menciona escavações arqueológicas e a necessidade de criar um registro dos sítios controlados pela instituição competente, o DPHAN na época, hoje IPHAN. A mesma lei também define a

¹⁵ Idem, p. 58.

¹⁶ Segundo o decreto-lei nº 25 de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, considera os bens arqueológicos "monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana [...] e ainda parte integrante do Patrimônio Histórico Nacional, após sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, como "as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular" (Art. 04, § 1º).

¹⁷ Para mais detalhes conferir: FUNARI, Pedro Paulo; GONZÁLEZ, Erika M. Robrahn. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. *História* (São Paulo), v.27, n.2, 2008, p.15; FARIA, Luiz de Castro. O problema da proteção aos sambaquis In: *Antropologia – escritos exumados 2: Dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EDUFF, 1999, p. 237-296.

produção de um relatório arqueológico e os cuidados necessários à guarda dos acervos gerados com as pesquisas.¹⁸

Não surpreende, portanto, a atuação dos museus citados, sobretudo o Museu Paulista, quando assumiu as pesquisas arqueológicas no Piauí, ainda mais em razão nesse momento a Universidade Federal do Piauí está se formando em seus primeiros anos. Cabe lembrar também que o estado piauiense não possuía uma sede do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN), colaborando para o protagonismo uspiano e francês em terras piauienses. Uma crítica contundente de Noé Mendes, como observamos.

Enquanto *lócus* institucional, a UFPI inauguraria naquela época o tripé: pesquisa, ensino e extensão, proposto pela reforma universitária de 1968, que definiu um novo modelo de ensino superior brasileiro. Sendo assim, pesquisas, extensões, além do ensino, fizeram parte do contexto social piauiense, em que Mendes integrou como professor e pesquisador.

Como apontou Sônia Magalhães¹⁹, o destaque às incursões arqueológicas na primeira metade da década de 1970 impulsionou o delegado regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Raimundo Nonato de Medeiros a solicitar à UFPI um novo levantamento da área do Parque Nacional de Setes Cidades, na região da cidade de Piracuruca, norte do estado. Trabalho no qual se integraria à área rupestre como os aspectos ambientais, envolvendo parcerias multidisciplinares. Em entrevista a professora Verônica Ribeiro, amiga de Noé Mendes, assim relata sobre a equipe:

A equipe interdisciplinar [era] formada por professores e alunos da UFPI, de diversas áreas. Todo o trabalho foi realizado pelo o Projeto Rondon. A Equipe foi coordenada pelo o Antônio Emanuel Gayoso e Almendra Castelo Branco como coordenador geral, o Noé Mendes coordenando o grupo de arqueologia. Além de um geólogo da CPMR, Fernando Fortes; um Agrônomo da EMBRAPA, Herculano, o primeiro profundo conhecedor da área de sete cidades! Da geografia o grupo era comandado pelo renomado professor João Gabriel Batista. Contava ainda com os professores da Biologia: Valdemar Rodrigues, Dumbra e Bonifacio e com alunos que posteriormente se tornaram professores da mesma área na UFPI, João Eudes e Jeremias Pereira. Da antropologia, o grupo foi coordenado pelo professor José Fonseca Ferreira Neto, integrava também o grupo o professor Luiz Gonzaga Carneiro. Na época eu era estudante do curso de História, posteriormente viria a me tornar também, professora do Departamento de

¹⁸ Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Conferir também: FUNARI; GONZÁLEZ. op. cit. 2008, p. 17.

¹⁹ MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo. *A arte rupestre do centro-norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas*. 457 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

Geografia e História, também integrou o grupo o Nonato Oliveira, hoje um dos maiores artistas plásticos do Nordeste.²⁰

Os resultados de todas essas expedições, tanto as do sudeste quanto do norte do estado, foram reunidos em um relatório escrito por Noé Mendes em 1978²¹, premiado pela FUNARTE juntamente com o Programa de Bolsas de Estudos e Pesquisas do Conselho Nacional de Direito Autoral CNDA e Instituto Nacional de Artes Plásticas (INAP), que mobilizou estudiosos de todo o Brasil para que apresentassem projetos sobre temáticas relacionadas à cultura artística brasileira.

Intitulado “A arte rupestre do Piauí” o relatório devia ter sido publicado em formato de livro, como resultado do prêmio concedido. Entretanto não foi, embora o material tenha sido enviado à Funarte para esse fim, como demonstrado em carta redigida por Noé Mendes ao diretor da FUNARTE, Roberto Parreira, vejamos:

Do Prof. Noé Mendes de Oliveira
Ao Senhor Diretor da FUNARTE
Assunto: solicita devolução de Pesquisa
Senhor Diretor:

Recife, 20/04/1980

Conforme carta dirigida a V. Sa. no mês de fevereiro passado, solicitava a devolução temporária da Monografia e Documentário sobre “Arte Rupestre no Piauí”, cuja Pesquisa foi por mim realizada em 1978, sob patrocínio da FUNARTE/INAP/CNDA. Venho renovar a mesma solicitação, tendo em vista as seguintes justificativas:

- a. O INAP, através de Ofício de seu Diretor, informou-me da total impossibilidade de publicação da Pesquisa.
- b. A Profa. Aldenora Mesquita manteve contatos pessoais com V. Sa. e conseguiu o mesmo intento. Sua Pesquisa já se encontra em fase de publicação, através da Universidade Federal do Piauí. Na ocasião solicitou, também, a liberação de meu trabalho. Ficou acertado que eu solicitaria à FUNARTE, diretamente. O que foi feito.
- c. Interessa à Universidade do Piauí a publicação da Monografia, bem como tirar cópias do Documentário.
- d. Assumo o compromisso de devolver à FUNARTE todos os originais, tão logo seja resolvido o problema da publicação.

Senhor diretor: o que me leva a insistir nesse pedido é porque sei quanto custou em dinheiro público e em sacrifícios pessoais a realização da Pesquisa. Os locais das Pinturas são de difícil acesso e situados em vasta e inóspita região. Eu e minha equipe enfrentamos duros sacrifícios e até riscos de vida. Não é justo e sensato que um trabalho tão dispendioso esteja

²⁰ RIBEIRO, Verônica Maria. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros*. Teresina (PI), outubro de 2014.

²¹ O resultado de toda investigação contou com um relatório sobre as áreas investigadas, um filme em Super – 8 com duração de 30 minutos e uma coleção de mil slides a cores, selecionados de 4275 slides. Para nosso trabalho tivemos acesso somente ao relatório e alguns slides, cedidos gentilmente por Frederico Mendes, filho do professor Noé Mendes.

condenado ao limbo de um arquivo. Por outro lado, considero importante o objeto de estudo da Pesquisa e sua respectiva documentação. Trata-se de um acervo de Arte pré-histórica dos mais importantes do mundo, cuja datação já atinge o recorde de 14 mil anos. Infelizmente, nem mesmo a Universidade do Piauí dispõe de estudos ou documentação desse precioso *patrimônio artístico-cultural*, atualmente em mãos de entidades estrangeiras.

Esperando um pronto atendimento a esta nova solicitação, reitero a V. Sa. protestos de estima e de agradecimentos.

Ilmo. Sr. Dr. Roberto Parreiras FUNARTE – Rio de Janeiro²² (grifos nossos)

Aparentemente supomos que por questões que envolveram as próprias instituições que concederam o prêmio, o impasse legou à obra “ao limbo dos arquivos”. A amiga e professora Verônica comenta esse episódio relatando que parte do material ficou retido com o reitor da UFPI após Noé entregá-lo, “quando ele se encontrava em estudos em Paris e nunca devolveu o material [...] sobrou muito pouco”.²³

Independentemente dessa questão, vale apenas passarmos pelo relatório para que tenhamos noção do que seria essa arte rupestre do Piauí para o professor Noé Mendes, considerando-a um “patrimônio artístico-cultural”, de modo que possamos perceber quais as intenções desse discurso ao empregar tão logo nesse período a categoria de patrimônio a essa arte, ainda que não registrada no livro do Tombo do IPHAN, condição necessária para a salvaguarda enquanto patrimônio.

Noé Mendes apontou o Piauí como o possuidor do mais extenso acervo de arte pré-histórica do Brasil. O projeto contemplou estudos e documentação cine fotográfico “de um fenômeno artístico e cultural de dimensão quantitativa e qualitativa tão evidente”.²⁴ Para Mendes, o Piauí era merecedor e fazia-se necessário que um trabalho sobre o “patrimônio arqueológico” - como ressalta em seu discurso - dessa espécie, viesse à tona, pois não seria justo não socializar aquela riqueza, tomada apenas de conhecimento pelos pesquisadores especializados no assunto. Justificava, pois, pelo fato do Piauí não possuir uma documentação visual desse “patrimônio rico e vasto”.²⁵

O financiamento da pesquisa pela Funarte possibilitaria a realização de novos trabalhos que segundo Mendes, permitia a divulgação para além do mundo acadêmico, de São

²² CARTA do Professor Noé Mendes de Oliveira. [Recife], ao Diretor Executivo da FUNARTE, Roberto Parreira, [Rio de Janeiro]. 20/04/1980. Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral. Correspondências Recebidas. CNFCP/IPHAN.

²³ RIBEIRO, Verônica Maria. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros*. Teresina (PI), outubro de 2014.

²⁴ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit., 1978, p. 05.

²⁵ Idem, p. 06.

Paulo a Paris. Os trabalhos de investigação e catalogação se deram na região sudeste do Piauí, na cidade de São Raimundo Nonato e imediações, e no Parque Nacional de Sete Cidades.²⁶

Os resultados alcançados foram permitidos pelo o uso de metodologias comuns a área da arqueologia, utilizando métodos e abordagem científica tradicionais da época, assim descritos por Noé Mendes:

[...] foi adotada uma sequência metodológica de estudos da Arte Rupestre pré-histórica [...] iniciamos pela coleta de dados históricos, geográficos, etnográficos e arqueológicos referentes ao estado do Piauí e, de modo especial, em relação às áreas específicas do estudo. O trabalho de campo consistiu na documentação cine fotográfica de todos os locais contendo pinturas [...] foram *efetuados decalques com a utilização de lápis-feltro, em cores sobre folhas de plástico transparente*. Concomitantemente, fez-se a coleta de dados sobre as pinturas, utilizando fichas analíticas e descritivas [...] cada sítio foi fotografado e filmado em seu conjunto, sob diferentes aspectos, situando setores, grupos de figuras, panos de conjunto e detalhes.²⁷ (Grifos nossos)

Nas informações histórico-geográficas, Mendes indicou os índios Pimenteiras como os primeiros habitantes da região do Alto Piauí, local onde se deram as pesquisas e foram encontradas as “jazidas arqueológicas”. Já na região de Sete Cidades, teria sido habitada pelos índios Tabajaras. Uma associação plausível que possibilitava responder a pergunta que se fazia na época “que povo terá sido esse?” Essa hipótese se dava pelos relatos de cronistas da época de ocupação e colonização das terras piauienses a partir do século XVIII.²⁸

Muito dos materiais recolhidos e analisados nas missões foram enviados à Paris, para serem submetidos à investigação pelo método do carbono 14 (C-14), o processo assegurava as datações dos elementos submetidos às análises. A datação de fosseis e cerâmicas apontou aproximadamente para dois mil anos, porém no relatório analisado para esse trabalho, percebemos algumas notas escritas à mão pelo próprio Noé Mendes, apontando para a datação de alguns materiais de 4000 a 8000 anos. De modo que a datação foi atualizada conforme os resultados estavam sendo obtidos pelo processo C-14 vindos da Europa.²⁹

²⁶ O parque foi criado em uma área de 6 304 hectares, próximo nas imediações da cidade de Piracuruca, através do Decreto Nº 50.744, de 5 de junho de 1961.

²⁷ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit. 1978, p, 06.

²⁸ Noé Mendes cita os trabalhos de historiadores como Odilon Nunes e Monsenhor Chaves, que dão conta da ocupação piauiense no século XVIII, bem como o processo de dizimação da população indígena que ocupava as terras que compreendem as áreas da Serra da Capivara e do Parque Nacional de Sete Cidades.

²⁹ Pesquisas recentes dão conta de novas datações. Segundo Niède Guidon, após 35 anos de pesquisas arqueológicas, pode-se inferir que na região existem evidências de presença humana que remontam há 100.000 anos B.P (*Before Present*). Cf. GUIDON, Niède; BUCO, Cristiane de Andrade. “O estado da arte”: as pesquisas arqueológicas e o desenvolvimento regional na região do Parque Nacional Serra da Capivara In: PINHEIRO, A. P.; PELLEGRINI, Sandra (Org.). *Tempo, Memória e Patrimônio Cultural*. Teresina: EDUFPI, 2010.

As descrições dos ambientes de investigação foram auxiliadas por biólogos e geógrafos da Universidade Federal do Piauí e arqueólogos do Museu Paulista, de modo que permitiu Mendes caracterizar a fauna e a flora da região, a constituição geográfica dos espaços, clima, tipos de solo, possibilitando um reconhecimento de campo. A principal concentração das pinturas estudadas e documentadas estava localizada na Serra da Capivara em São Raimundo Nonato.

O homem primitivo tão logo estudado foi qualificado como artista que demonstrava através da sua arte, o cotidiano vivenciado por experiências de caça, cerimônias religiosas ou de iniciação sexual. Assim Mendes nos informa uma leitura das pinturas, na qual “caminham, correm, pulam, executam coreografias. Uma certa expressividade na composição plástica das figuras nos leva a identificar manifestações de sentimentos, emoção, de alegria”.³⁰

Com relação ao Parque Nacional de Sete Cidades, é feita uma descrição técnica do território, clima, fauna e flora, caracterização semelhante à realizada nas imediações de São Raimundo Nonato. O professor da UFPI, ressalta as questões místicas que envolvem o lugar, de maneira que algumas notícias apontavam a localização do Parque como “lugar de concentração mágica”. As primeiras notícias que se tem registradas sobre aquele lugar, foram datadas oficialmente na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1887 por Alencar Araripe tratando com o título “Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil”³¹. No estudo também são apontadas as impressões de Ludwig Scwenhager, onde este afirma que Sete Cidades fora construída como sede do Império Fenício no Brasil. No entanto Mendes contrapõe:

O certo é que este suposto reino de pedras encantadas não são restos de civilizações antigas, nem cidades petrificadas outrora povoadas por fenícios, deuses, astronautas ou vikings como querem outros autores. *Constituem uma área situada sobre uma formação de arenitos impuros, laminados e maciços, modelados, primeiramente, pela erosão pluvial e, secundariamente, pela erosão eólica, causada pelos ventos carregados de partículas sólidas e arrancados do solo pelo movimento de turbilhonamento.* Em termos de toda a área, esse modelamento se viu condicionado por sistemas de fraturamentos regulares, daí a formação de verdadeiras ruas cavadas na rocha, deixando isolados monumentos geológicos pitorescos.³² (Grifos nossos).

³⁰ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit., 1978, p. 25.

³¹ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit., 1978, p. 28.

³² Idem.

Ao observar o vocabulário técnico apresentado por Mendes, podemos perceber o quanto a interação de um grupo multidisciplinar que envolveu as missões de pesquisas foi importante nesse trabalho, integrando diversos técnicos nos empreendimentos, tais como biólogos, geólogos, arqueólogos e historiadores já citados.

Ainda sobre o Parque Nacional de Setes Cidades, Mendes dividiu as concentrações das pinturas em Sete Cidades da seguinte forma: primeira em área da Serra Negra, a segunda em área da Descoberta e a terceira em área Turística. Na região de sete cidades foram identificados cerca de 67 locais de pinturas dos quais 53 estão na área de descoberta. Para Sônia Magalhães, ao que tudo indica o critério utilizado foi o de acessibilidade, assim propondo “Serra Negra, caracterizada como distante e de difícil acesso; Descoberta, distante e de acesso proibido aos turistas; e área Turística [de fácil acesso] destinada à visitação pública”.³³

Para Mendes e outros pesquisadores a interpretação da arte rupestre foi algo difícil e arriscada, sobretudo em se tratando de manifestações gráficas de cunho geométrico pouco conhecidas, desse modo ele afirma:

Com certeza, são símbolos que manifestam uma possibilidade cognoscitiva, não podendo ser utilizados ou interpretados arbitrariamente. *Pertencem a códigos específicos* e não devem apresentar, necessariamente, semelhanças com o simbolizado, apenas mantêm com ele uma relação de analogia. A arte rupestre é uma prova que o homem de todas as épocas sempre sentiu necessidade de deixar marcas de sua existência coletiva ou pessoal. *Através de uma linguagem plástica, o ser humano sempre deixou refletir sua maneira de ser, agir, e de sentir.*³⁴ (Grifos nossos)

Os cuidados nas interpretações revelariam como os estudos da arte rupestre no Piauí estavam de acordo com os mais diversos estudos arqueológicos dos centros de produção desse conhecimento, o Museu Paulista e o CNRS de Paris, de modo que demonstravam seriedade e rigor científico, e garantiriam a legitimidade com os pares.

As interpretações da arte rupestre e seus significados como elemento de comunicação, “uma linguagem” assim ressaltado por Mendes em 1978, entre os homens que ali imprimiram sua arte, são compartilhados também pela a arqueóloga Niède Guidon. Em entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura em 2003, a arqueóloga quando questionada sobre essa questão, assim declarou:

³³ OLIVEIRA, Noé Mendes de. Apud: MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo. op. cit. 2011, p. 126.

³⁴ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit., 1978, p. 38.

MÔNICA TEIXEIRA (TV Cultura): Quem eram esses homens, o que eles pintavam na rocha?

NIÈDE GUIDON: o que eles pintavam na rocha, justamente *esse livro que eu trouxe* que acabou de sair, e explica. Era o meio de comunicação deles, era um sistema de comunicação extremamente avançado, aonde eles então não tinham alfabeto – através disso, porque você ver uma repetição de várias cenas, que deviam ser cenas ligadas a mitos, a ritos deles que ficaram e são repetidos.

ANA LÚCIA AZEVEDO (O Globo): A pintura era religião, ela tinha função de caça?

NIÈDE GUIDON: era um meio de comunicação.

MÔNICA TEIXEIRA (TV Cultura): [...] era pra deixar [um] recado?

NIÈDE GUIDON: dentro da sociedade deles, para passar de uma geração a outra, aquilo que era importante. Agora o que acontece, era um código, para eles, vocês têm que imaginar o seguinte [...] nós não temos o código do que isso significava para eles.³⁵ (Grifos nossos).

O livro ao qual Niède faz referência, provavelmente seja o da arqueóloga Anne Marie Pessis, *Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara*³⁶, publicado em 2003, pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), dirigida pela própria Niède Guidon. Em recente artigo a mesma afirmação se repete, de modo que parece ser consenso a ideia de “uma comunicação” empregada pelo o homem primitivo, vejamos:

Este costume de se exprimir, registrando figuras pintadas em uma parede, é uma manifestação de um sistema de comunicação social. Trata-se de uma verdadeira linguagem, na qual o verdadeiro significado perdeu-se no tempo por não conhecermos o código de interpretação dos realizadores. Cada grupo étnico possui um sistema de comunicação gráfico-visual diferente, com características próprias. Os conjuntos gráficos permitem o reconhecimento de figuras e de composições temáticas, nos quais podemos identificar somente os elementos do mundo material que foram escolhidos para serem representados, conhecido segundo nossos referenciais sociais.³⁷

Apesar das discussões em torno dessa questão sobre a “comunicação” que a arte rupestre representava e ainda representa, sejam semelhantes nas pesquisas apresentadas no relatório de Noé Mendes em 1978, e nas pesquisas das arqueólogas Niède Guidon e a Anne Marie Pessis, aquela afirmou desconhecer tal relatório:

Conheci Noé [Mendes de Oliveira] quando trabalhei na UFPI, ficamos amigos. Ele e outros professores tanto da UFPI como UFPE participaram dos primeiros trabalhos ajudando a constituir uma equipe o que possibilitava a obtenção de recursos para as pesquisas. *Todos foram a base para o*

³⁵ GUIDON, Niède. [Entrevista concedida ao programa Roda Viva, TV CULTURA, 17 nov. de 2003] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R1Uu6xjN5nU> Acesso em: 25 de novembro de 2015.

³⁶ PESSIS, A. M. *Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara*. São Paulo: FUMDHAM-Petrobras. 2003.

³⁷ GUIDON; BUCO, op. cit., 2010.

desenvolvimento da antropologia pré-histórica no Piauí. Não conheço essa obra [A arte rupestre no Piauí] do Noé, em 1977 eu já era professora na França, não vinha mais a Teresina, somente à Serra da Capivara para as pesquisas de campo.³⁸ (Grifos nossos).

Embora ambos tenham tomados rumos diferentes, ou seja, Niède Guidon se instalara definitivamente na Serra da Capivara, logo após sua defesa de tese do doutorado na França, e Noé Mendes particularmente em Teresina, os esforços conjuntos foram fundamentais para a questão arqueológica no Piauí.

O homem primitivo e sua arte tanto na Serra da Capivara e no Parque Nacional de Setes Cidades, bem como de outros sítios arqueológicos, concedeu ao estado do Piauí e ao Brasil um rico patrimônio incalculável. Era preciso tornar isso representativo para o próprio estado que buscava sua identidade, garantir meios de sua representação. O professor Noé Mendes não desconsiderava as pesquisas empreendidas pelos “estrangeiros”, destacava a importância de Niède Guidon, pois sua pesquisa desenvolvida no Piauí tinha reconhecimento internacional, revelando ao mundo científico brasileiro e europeu toda a riqueza artística e cultural que o estado possuía, “pela qualidade do acervo com estilo inconfundível de representação pictográfica, do estado de conservação”,³⁹ claro que as condições encontradas permitiam fazer tal afirmação.

Conquanto, o risco da perda desses bens e a garantia do seu estado de conservação seria um dos grandes problemas a ser enfrentado. Novamente a problemática em torno da conservação é retomada, agora sendo apresentada no relatório para FUNARTE. A preocupação se concentrava de modo particular para a região sudeste do estado, pois em Sete Cidades, no norte, já havia sido transformada em Parque Nacional no ano de 1961, assim Mendes afirma:

Felizmente, para preservar as grandes jazidas arqueológicas do sudeste piauiense já foram tomadas algumas medidas concretas. O governo do Estado já havia preparado um projeto transformando a área em Parque Estadual da Serra da Capivara, quando em recente decisão, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF resolveu encampar o Projeto do Parque, que abrangerá uma área de cerca de 130.000 hectares.⁴⁰

³⁸ GUIDON, Niède. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros* [E-mail]. Rio de Janeiro (RJ), 25 de novembro de 2015, São Raimundo Nonato (PI), 30 de novembro. 2015.

³⁹ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit. 1978, p. 45.

⁴⁰ Idem.

A preservação, no entanto, não se limitaria a isso ainda mais por outros problemas sendo avistados pelo professor da UFPI, que se mostrou bastante preocupado com algumas iniciativas desenvolvimentistas do governo que podiam prejudicar a integridade da região:

Mesmo com essa providencial solução, temem-se alguns perigos que pairam sobre as pinturas. A construção da antiga estrada Fortaleza – Brasília (BR – 020) foi reativada. As máquinas já trabalham a menos de 30 km da serra da Capivara, no meio do qual passará a estrada. Teme-se também, que o grande lago da Hidrelétrica de Sobradinho, cuja represa se estende a menos de 100 km da área arqueológica possa trazer mudanças climáticas que venham comprometer o estado de conservação das pinturas. Além desses fatores, fala-se na instalação de um grande complexo de exploração e transformação de minérios de cobre e amianto não muito distante da área. Isso acarretará, certamente, grande fluxo de gente para essa região. Tudo poderá recair com sérias ameaças para o *patrimônio artístico e arqueológico*, até agora livre de maiores perigos.⁴¹ (Grifos nossos).

Enquanto Noé Mendes em seu artigo na revista *Presença*, em 1975 anunciava a depredação gerada pelo homem que desconhecia o seu patrimônio, como uma ameaça para a conservação daquele patrimônio, agora o perigo era outro, e de maior impacto, o desenvolvimentismo promovido pelo Estado. A iminência da preservação se fazia por conta das medidas adotadas pelo desenvolvimentismo do nacional-estatismo, de abrir estradas e levar o progresso para a região, que poderiam prejudicar os bens de natureza arqueológica – patrimônio – entendido como tal.

Um paradoxo que envolvia “preservação – desenvolvimento”, como vimos no tópico anterior, discutido no II Encontro de Governadores, mas que devia ser aliado a medidas de conservação, pois os desastres que o desenvolvimento gerasse, agravaria o *status quo* da imagem que se imprimia do Piauí, que se queria mostrar para o Brasil.

Entender os percursos que contribuíram para maximizar os bens arqueológicos do Piauí como patrimônio, significa apontar as tomadas de posição de seus agentes. Em um primeiro momento percebemos como a ligação ao Estado foi necessária para tornar esse “patrimônio” um símbolo de desenvolvimento cultural para o piauiense. Isso pode ser confirmado, quando Mendes publica no principal meio de divulgação cultural do Piauí, na revista *Presença*, as perspectivas de preservação e estudos do “patrimônio pré-histórico” do estado. Se retomarmos a fala de Mendes podemos reforçar nosso argumento. Vejamos o que professor afirmou:

⁴¹ Idem., p. 46.

Para reparar tamanho descaso, para evitar novos casos de depredação, a Secretaria da Cultura, a Universidade e o Museu Paulista, se prontificaram em proceder um plano de trabalho conjunto para documentar, mapear, escavar e recolher o acervo arqueológico piauiense, a fim de que se possa fazer um estudo sistemático de todo esse *patrimônio cultural pré-histórico*, o mais importante do Piauí.⁴² (Grifos nossos).

O patrimônio “artístico e cultural” representado pela pintura rupestre no estado do Piauí significava a expressão e um potencial, pela ampliação de pesquisas, estudos e desenvolvimento via turismo. Desse modo, as expectativas se acumulavam, e a defesa pela preservação ficava cada vez mais recorrente:

Que esse nosso trabalho sirva como um subsídio para se criar uma consciência da importância cultural e artística do acervo arqueológico do Sudeste piauiense. Que proporcione oportunidade de chamar a atenção das instituições públicas e privadas para um maior empenho e defesa desse patrimônio. A estrada, as mudanças socioeconômicas, o fluxo turístico tudo haverá de chegar, mas encontrará a salvo uma milenar herança cultural e artística que pertence a toda humanidade.⁴³

Portanto, podemos afirmar que o professor Noé Mendes enquanto entusiasta da cultura demonstrou em suas ações - bem como no material e fontes investigados - interesses mútuos quanto à questão de preservação e divulgação do patrimônio, conforme seu entendimento dessa categoria. A posição defendida por Mendes aponta para a conscientização da importância dos bens arqueológicos, sobretudo a arte rupestre enquanto patrimônio, colocando-se como mediador entre as ações do estado e a defesa da cultura. A preocupação buscava-se adequar as reflexões propostas pelos Compromissos de Brasília e Salvador, a partir das propostas de proteção do patrimônio e dos bens naturais articulado com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para a implantação definida com os estados e municípios, dos Parques Nacionais.⁴⁴ O que verificamos nas medidas implantadas pelo IBDF no Piauí.

O trabalho realizado por Noé Mendes e toda equipe envolvida nesses projetos, só alcançaria os objetivos desejados quando divulgados, pois chamaria a atenção para sua grande importância cultural e artística e, sobretudo abriria novas perspectivas para trabalhos mais completos e competentes. As pesquisas arqueológicas realizadas no Piauí continuaram.

⁴² OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit. 1975, p. 47.

⁴³ OLIVEIRA, Noé Mendes de. op. cit. 1978, p. 46.

⁴⁴ ANAIS DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil realizado em Salvador, Bahia de 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: Departamentos de Assuntos Culturais – MEC/IPHAN, nº 26, 1973.

Transformaram-se em base de variados trabalhos, teses, dissertações e ensaios científicos sobre a arte rupestre piauiense.⁴⁵

Como resultado dos trabalhos iniciados ainda em 1970, o Parque Nacional Serra da Capivara foi criado através do decreto de nº 83.548, em 5 de junho de 1979, com a finalidade de proteger um dos mais importantes exemplares da arte pré-histórica do país.⁴⁶ A importância do lugar começava a tomar dimensões.

A não presença institucional do IPHAN no estado do Piauí nesse contexto pode nos levar a algumas conclusões a respeito da imersão arqueológica no estado na década de 1970 e o contexto de sua preservação. Fica evidente o quanto a arqueologia esteve na pauta de ações do professor Noé Mendes de Oliveira e na agenda dos Museus Paulista da USP e Nacional do Rio de Janeiro.

Embora o governo tenha criado o Parque Nacional Serra da Capivara, não houve nomeação direta de dirigentes para geri-lo⁴⁷, o que fez com que Niède Guidon e sua equipe criasse a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), ocupando-se para além das pesquisas, na própria administração do Parque.

Como o relatório de pesquisa “A arte Rupestre do Piauí” do professor Noé Mendes não circulou entre os pares, talvez encontremos respostas para a dissociação dele na questão arqueológica no Estado do Piauí, sendo pouco referenciado como tal. Enquanto Niède Guidon logo após a defesa de sua tese de doutoramento, fixou-se em São Raimundo Nonato e se instalou na Serra da Capivara para realizar suas pesquisas, chefiando por muito tempo a missão arqueológica permanente financiada pelo governo francês, permaneceu lá até os dias de hoje.

⁴⁵ Como exemplo podemos citar a tese de doutorado defendida em 1975 na *Université Paris I Pantheon-Sorbonne*, pela arqueóloga paulista Niède Guidon intitulada: *Les Peintures Rupestres de Varzea Grande – Piauí, Brésil*, publicada em Paris em 1991 pelas edições *Recherches sur les Civilisation*, uma coleção do ministério das Relações Exteriores da França. Além de outros trabalhos como a dissertação de mestrado em antropologia, defendida na USP por Silvia Maranca, “Estudo do sítio aldeia da Queimada Nova – Estado do Piauí” publicada na Coleção Museu Paulista em 1976, e o artigo “Indústria Lítica do Sítio Aldeia da Queimada Nova, município de São Raimundo Nonato, PI” publicado na Revista do Museu Paulista pela arqueóloga Águeda Vilhena. Noé Mendes continuou publicando artigos sobre as pinturas na Revista Presença.

⁴⁶ No Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno, há uma concentração de sítios arqueológicos, totalizando 1158 sítios, a maioria com registros rupestres. Mais de 100 sítios estão preparados para visitação. Foi inscrito pela UNESCO, na Lista do Patrimônio Mundial a título cultural em 1991, como consequência de uma solicitação oficial do governo do Brasil. Foi tombado como Patrimônio Nacional pelo IPHAN em 1993, com registro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Cf. GUIDON; BUCO. op. cit., 2010.

⁴⁷ GUIDON, Niède. [Entrevista concedida ao programa Roda Viva, TV CULTURA, 17 nov. de 2003] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R1Uu6xjN5nU> Acesso em: 25 de novembro de 2015.

Sem querermos fazer análise teleológica do caso, demonstramos como os caminhos e ambas as personagens dessa “história da arqueologia no Piauí” se configuraram de maneiras divergentes:

SRN [São Raimundo Nonato] 13/06/88

Caro Noé:

Como vai você? E o Coqueiro? Eu sempre metida aqui em SRN nunca tenho tempo para resolver isso de vez. Anne-Marie falou que você estava encontrando uma solução!

[...]

Mandei-lhe um convite para uma conferência aqui em julho, você recebeu?

Estamos trabalhando em grutas belíssimas. Venha nos ver!

Um abraço para você e para Maria Amélia, beijos a teus filhos

Niède.⁴⁸

Na carta de Niède Guidon observamos como ela ressalta a sua falta de tempo, sempre “metida” em São Raimundo Nonato. Residente em Teresina, Noé Mendes se ocuparia de outras atividades, na própria UFPI assumindo outros projetos. Cabe, entretanto, destacar como Mendes ao longo do que foi apresentado até aqui, declarou seu interesse pela cultura do Piauí a partir de suas intenções e realizações. Pretendeu caracterizar um estado, que era ridicularizado à época pela sua pobreza, passando para a história como um dos mais importantes berços de grandes pesquisas e estudos sobre as origens do homem pré-histórico, tendo o homem primitivo manifestado sua cultura através das pinturas rupestres em terras piauienses, importante patrimônio a ser divulgado, preservado e estudado.

A sua inserção como pesquisador na área da arqueologia demonstra sua capacidade interdisciplinar, entre homem de estado, funcionário público, professor, pesquisador e intelectual. Todavia essa construção de si, não pode nos direcionar a uma ilusão biográfica⁴⁹ de acreditar que a biografia reconstitui um destino, mas pensar que, o indivíduo constrói a si próprio e sua época, tanto quanto é construído por ela, eis a premissa para pensarmos Noé Mendes como um intelectual, produtor cultural defensor das pinturas rupestres como patrimônio.

Referências

Fontes

⁴⁸ CARTA de Niède Guidon. [São Raimundo Nonato], a Noé Mendes de Oliveira, [Teresina]. 13/06/1988. Arquivo Pessoal de Noé Mendes de Oliveira.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANAIS DO II ENCONTRO DE GOVERNADORES para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil realizado em Salvador, Bahia de 25 a 29 de outubro de 1971. Rio de Janeiro: Departamentos de Assuntos Culturais – MEC/IPHAN, n° 26, 1973.

CARTA de Niède Guidon. [São Raimundo Nonato], a Noé Mendes de Oliveira, [Teresina]. 13/06/1988. Arquivo Pessoal de Noé Mendes de Oliveira.

CARTA do Professor Noé Mendes de Oliveira. [Recife], ao Diretor Executivo da FUNARTE, Roberto Parreira, [Rio de Janeiro]. 20/04/1980. Arquivo Institucional da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e do Instituto Nacional de Folclore alocado na Biblioteca Amadeu Amaral. Correspondências Recebidas. CNFCP/IPHAN.

CASAS na pedra. *Veja*. São Paulo, ano 11, n. 522, 06 set. de 1978, p. 89-90.

LEI n° 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm.

GUIDON, Niède. [Entrevista concedida ao programa Roda Viva, TV CULTURA, 17 nov. de 2003] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R1Uu6xjN5nU> Acesso em: 25 de novembro de 2015.

GUIDON, Niède. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros* [E-mail]. Rio de Janeiro (RJ), 25 de novembro de 2015, São Raimundo Nonato (PI), 30 de novembro. 2015.

LEITÃO, Luiz Ricardo. Arte Rupestre nas Serras do Piauí. *Revista Geográfica Nacional*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n° 25, outubro de 1976, p. 53.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. O Patrimônio pré-histórico do Piauí: perspectivas de preservação e estudos. *Presença*, Teresina. Ano 2, n. 04, dez. 1975.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Relatório A Arte Rupestre do Piauí*. Rio de Janeiro, Funarte, 1978.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FARIA, Luiz de Castro. O problema da proteção aos sambaquis In: *Antropologia – escritos exumados 2: Dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EDUFF, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo; GONZÁLEZ, Erika M. Robrahn. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. *História* (São Paulo), v.27, n.2, 2008.

GUIDON, Niède; BUCO, Cristiane de Andrade. “O estado da arte”: as pesquisas arqueológicas e o desenvolvimento regional na região do Parque Nacional Serra da Capivara In: PINHEIRO, A. P.; PELLEGRINI, Sandra (Org.). *Tempo, Memória e Patrimônio Cultural*. Teresina: EDUFPI, 2010.

MAGALHÃES, Sônia Maria Campelo. *A arte rupestre do centro-norte do Piauí: indícios de narrativas icônicas*. 457 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

PESSIS, A M. *Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara*. São Paulo: FUMDHAM-Petrobras. 2003.

RIBEIRO, Verônica Maria. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros*. Teresina (PI), outubro de 2014.

VIALOU, Agueda Vilhena. *Entrevista concedida a Valério Rosa de Negreiros [E-mail]*. Niterói (RJ) 16 de agosto de 2014, Paris (França), 18 ago. 2014.

